

EDcl nos EDcl no AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 540.151 - SP (2014/0145423-7)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
EMBARGANTE : ANTÔNIO ROBERTO RINO ÁVILA
ADVOGADOS : ARIELLE BENASSI CEPÊRA PAPP E OUTRO(S) - SP164625
MAURICIO AVILA PRAZAK - SP259587
EMBARGADO : MARIA LYGIA DE LIMA BRANDÃO
ADVOGADOS : ELISABETH VICENTINA DE GENNARI E OUTRO(S) - SP060594
MONIKA TOGNOLLO - SP165107

DECISÃO

Cuida-se de embargos de declaração opostos por ANTÔNIO ROBERTO RINO ÁVILA em face da decisão acostada a fls. 1407/1410, e-STJ, da lavra deste signatário, que rejeitou embargos de declaração opostos pelo ora insurgente em face de decisão acostada às fls. 1383/1386, e-STJ, que deu provimento ao agravo interno para reconsiderar a decisão monocrática de fls. 1363/1366, e-STJ, a fim de reconhecer o direito do embargante à indenização pelas benfeitorias necessárias realizadas no imóvel após a data em que restou caracterizado o esbulho, devendo essas serem apuradas em liquidação.

Inconformado, o insurgente opôs os embargos de declaração de fls. 1413/1419, e-STJ, repisando os argumentos expostos nos aclaratórios anteriormente opostos (fls. 1389/1395, e-STJ) em relação ao recebimento de indenização pelas benfeitorias e acessões realizadas no imóvel.

Sem impugnação (fl. 1423, e-STJ).

É o relatório.

Os presentes aclaratórios não comportam acolhimento.

1. Nos estreitos lindes do artigo 1.022 do CPC/15, o recurso de embargos de declaração objetiva somente suprir omissão, dissipar obscuridade, afastar contradição ou sanar erro material encontrável em decisão ou acórdão, **não podendo ser utilizado como instrumento para a rediscussão do julgado**, como pretende o ora embargante.

Nesse sentido, precedentes desta Corte:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRADO INTERNO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. PRETENSÃO DE REEXAME E ADOÇÃO DE TESE DISTINTA. AUSÊNCIA DE VÍCIO NO JULGADO.

1. Nos termos do art. 1.022 do Código de Processo Civil de 2015, os embargos de declaração são cabíveis para esclarecer obscuridade, eliminar contradição, suprir omissão de ponto ou questão sobre a qual se deveria pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento e/ou corrigir erro material.

[...]

Embargos de declaração rejeitados.

(EDcl no AgInt no RE no AgInt no AgInt nos EDcl no AREsp 856.500/SC, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, CORTE ESPECIAL, julgado em 20/11/2017, DJe 28/11/2017)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. **INEXISTÊNCIA DOS REQUISITOS DO ART. 1.022 E INCISOS DO CPC DE 2015.** EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS. 1. Depreende-se do artigo 1.022, e seus incisos, do novo Código de Processo Civil que os embargos de declaração são cabíveis quando constar, na decisão recorrida, obscuridade, contradição, omissão em ponto sobre o qual deveria ter se pronunciado o julgador, ou até mesmo as condutas descritas no artigo 489, parágrafo 1º, que configurariam a carência de fundamentação válida. Não se prestam os aclaratórios ao simples reexame de questões já analisadas, com o intuito de meramente dar efeito modificativo ao recurso. 2. No caso dos autos não ocorre nenhuma das hipóteses previstas no artigo 1.022 do novo CPC, pois o acórdão embargado apreciou as teses relevantes para o deslinde do caso e fundamentou sua conclusão. [...] 4. Embargos de declaração rejeitados. (EDcl no AgRg no AREsp 860.920/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 02/06/2016, DJe 07/06/2016) [grifou-se]

Na hipótese dos autos, este signatário rejeitou os primeiros aclaratórios opostos pelo ora embargante, por inexistir quaisquer vício capaz de macular o julgado, como se observa nos seguintes trechos do decisum embargado (fl. 1408, e-STJ):

Aponta o embargante a existência de omissão e contradição em relação ao recebimento de indenização das benfeitorias e acessões realizadas no imóvel.

Razão não lhe assiste.

Infere-se que a questão apontada fora apreciada pela decisão singular, nos limites que fora exposta nas razões do recurso especial apresentado pela parte ora embargante e nos termos da jurisprudência assente desta Corte Superior.

Neste aspecto, confira-se o seguinte excerto do decisum (fls. 1384/1385, e-STJ):

1. Observa-se que o Tribunal de origem, consignou que o agravante não faz jus à indenização pelas benfeitorias realizadas no imóvel, tendo em vista não ser qualificado com possuidor de boa-fé, exercendo a simples detenção do bem, nos seguintes termos (fls. 1277/1278, e-STJ):

De igual modo, razão não assiste ao réu em sua postulação de que seja indenizado pelas acessões e benfeitorias edificadas no imóvel, prejudicado o direito de retenção pelo fato de já ter sido a autora reintegrada na posse do bem litigioso.

Assim é porque deve o recorrente ser qualificado como mero fâmulos da posse, não podendo ser equiparado a possuidor, eis que conservou a coisa em nome de outrem, exercendo a simples detenção do bem, valendo anotar, neste passo, que, "quem promove acessões em terreno alheio, sabendo que o imóvel não lhe pertence, age de má-fé e perde para o proprietário tudo quanto empregou na feitura das obras, sem direito a indenização de qualquer espécie." (Código Civil Comentado, Fabrício Zamprogna Matiello, 5ª edição, LTr, pág. 792).

Ora, na situação retratada nestes autos, não pode ser o réu qualificado como possuidor do bem, muito menos de boa-fé, pois teve franqueado o seu acesso ao imóvel litigioso, especialmente em finais de semana e períodos de férias ou feriados, apenas enquanto manteve convivência com a filha da

autora, de sorte que jamais obteve a posse do bem de raiz de que ora se cuida, ao qual pôde adentrar tão somente no período de seu relacionamento com Marli, por isso que aplicáveis ao caso as regras a que aludem os artigos 1219 e 1255, do Código Civil, ou seja, não tem o recorrente direito a indenização por benfeitorias e deve perder o que despendeu com as acessões, pois, exercendo mera detenção da coisa, agiu de má-fé, porque tinha conhecimento que o imóvel não lhe pertencia, tanto é que os impostos pertinentes ao bem sempre foram quitados pela autora.

Esclareça-se que o posicionamento encampado na instância ordinária destoa do entendimento perfilhado neste Tribunal Superior, que "baseado no princípio da vedação do enriquecimento sem causa, conferiu ao possuidor de má-fé o direito de se ressarcir das benfeitorias necessárias, não fazendo jus, contudo, ao direito de retenção".

Como se vê, a decisão embargada restou suficientemente fundamentada quanto às razões de rejeição dos aclaratórios.

2. Na hipótese *sub judice*, denota-se que o embargante insiste na tese que já fora rejeitada de forma suficiente e abalizada por ocasião do julgamento do anterior aclaratório. Caracteriza-se, portanto, a natureza protelatória dos presentes embargos de declaração, ante a oposição de segundo aclaratório com propósito idêntico ao dos primeiros, o que enseja a aplicação da multa prevista no art. 1.026, §2º, do CPC/15, arbitrada em 1% do valor atualizado da causa.

3. Do exposto, rejeitam-se os embargos de declaração com aplicação da multa prevista no artigo 1.026, §2º, do CPC/15 arbitrada em 1% (um por cento) do valor da causa.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator